

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E REGIME DE INTERNATO: UMA EXPERIENCIA DE POLITICA PUBLICA VOLTADA PARA O ATENDIMENTO DOS FILHOS DOS TRABALHADORES DA MICRORREGIÃO DO VALE DO CURU E ARACATIAÇU LOCALIZADA AO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ.

Maria Gorete Pereira

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE
mariapereira.gorete@bol.com.br

Marcolino Sampaio dos Santos

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
marcokerigma3@hotmail.com

Luciana Santos Bispo

Secretaria da Educação Básica do Estado da Bahia/BA
luzinhacj@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho, resultado de uma pesquisa de Mestrado, realiza uma discursão a partir de um referencial teórico e das falas dos estudantes que vivenciam uma experiência de Sistema de Internato e Escola em Tempo Integral no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Umirim, que fica localizado na microrregião do vale do Curu e Aracatiaçu. O trabalho aborda alguns conceitos relacionados à temática estudada, incluindo um pouco da história do Instituto Federal, enquanto instituição que oferta Educação Profissional e atende principalmente os filhos dos trabalhadores. Essa discursão nos permite perceber que existe uma relação bastante intrínseca entre o desenvolvimento de Políticas Públicas, o atendimento às demandas sociais reprimidas e o processo de ensino-aprendizagem e que essa relação contribui significativamente para o desenvolvimento do potencial de jovens que interagem no espaço escolar através da relação docente-discente. Por último, abordamos a partir da pesquisa realizada as características da escola pesquisada, como também as falas de alguns discentes destacando a contribuição dessa instituição para o seu crescimento como indivíduo e ser social. Vale salientar que a escola pesquisada é uma instituição inserida num contexto de Educação Profissional e Tecnológica e por esse motivo especificamente, tem sua origem, enquanto escola agrícola, pertencente ao Campus Crato e só em 2012 passou a funcionar como campus vinculado apenas ao IFCE, funcionando em tempo integral e com sistema de internato, atendendo a uma clientela oriunda, em sua maioria, da zona rural do Vale do Curu e de Aracatiaçu.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Sistema de Internato e Política Pública.

1. INTRODUÇÃO\DESENVOLVIMENTO

No Brasil foram povos nativos e escravizados os primeiros aprendizes de ofício dos ensinamentos oferecidos pelos padres Jesuítas. Eles tiveram uma contribuição determinante nesse processo, pois através deles se garantia a aprendizagem dos ofícios de tecelão, ferreiro, pedreiro e sapateiro. Assim os jovens iam aprendendo um ofício que lhe dava a oportunidade de desenvolver habilidades profissionais para uma posterior profissão.(FELIPE, Márcia Leyla de Freitas Macêdo. Análise comparativa do desempenho entre os discentes do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará – campus Iguatu. 2011. 63 f. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011).

A pedagogia utilizada pelos Jesuítas era baseada na observação e participação nas atividades exercidas. Assim o jovem observava os adultos, repetindo suas práticas e aprendendo as profissões que eram repassadas de “pai para filho”. Essa educação foi institucionalizada no século XIX, conforme relata Severina Gadelha: Na segunda metade do século foram criados os Liceus de Artes e Ofícios com o mesmo caráter assistencialista e discriminatório, ou seja, voltados para o atendimento aos menos favorecidos socialmente – “para os órfãos e desvalidos da sorte”. Em 1906, já no século XX, a política para esse tipo de educação voltou-se para o incentivo ao desenvolvimento do ensino agrícola, industrial e comercial. O presidente Nilo Peçanha autorizou a instalação de dezenove escolas de Aprendizes e Artífices destinadas, ainda “aos pobres e humildes”, similares aos Liceus de Artes e Ofícios, agora voltados basicamente para o ensino industrial. Também foram criadas as escolas agrícolas com o intuito de “formar chefes de cultura, administradores e capatazes”. Escolas que reforçavam a dualidade da educação: de um lado um ensino para aqueles que detinham o saber e, portanto, o poder (ensino secundário, normal e superior) de outro uma formação prática para o desempenho de tarefas manuais (ensino profissional). Esse dualismo existente na sociedade entre “as elites condutoras” e a maioria da população levava a se considerar o ensino normal e superior independente, portanto sem nenhuma relação com a formação profissional.(GADELHA, Severina. Antes que ninguém conte... eu conto. Fortaleza: CEFETCE, 2004. p. 17).

Através do decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909 foi criada a rede federal de escolas industriais, as escolas de Aprendizes e Artífices, constituídas por dezenove unidades, uma em cada capital dos estados brasileiros, com exceção do Rio Grande do Sul, que já tinha uma escola similar, anexa à escola de Engenharia local. A finalidade dessas escolas era formar “contramestres e operários” e ofereciam “ensino prático e conhecimentos técnicos”, ao longo de seis anos.

Atendiam um público específico e bem definido, conforme estava previsto: Art. 6º - Serão admitidos os indivíduos que o requerem dentro do prazo marcado para a matrícula e que possuírem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna: Idade de 10 anos no mínimo e treze anos no máximo; Não sofrer o candidato moléstia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para a aprendizagem do ofício. (DECRETO, nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Disponível em: <portal.mec.gov/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014).

Conforme se percebe através do decreto a educação profissional era destinada a garantir trabalhadores braçais para o mercado e ainda assegurar o sistema de controle social vigente, conforme assegura Severina Gadelha: podemos inferir que a medida legal tinha caráter de controle social para disciplinar os meninos (pobres), tidos como potenciais elementos de desordem social. Para a educação profissional, a política de governo estava imbuída de ações de controle e prevenção da criminalidade com características assistencialistas e se apresentava claramente discriminatória. (GADELHA, Severina. Educação Profissional com compromisso social: cem anos de uma caminhada singular. Fortaleza: IFCE, 2010. p. 132).

Somente em 1945, a partir do fim do Estado Novo, que se tornou possível a quebra dessa dualidade entre ensino regular e ensino profissional. Várias leis, decretos e portarias foram criados a partir dessa data, até a unificação do sistema educacional, a partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 5.692/71, que garantiu como meta principal a obrigatoriedade e universalização profissional. É possível perceber que nesse momento a pedagogia era orientada na capacitação do capital humano.

Em 1996 a nova LDB 9394/96 trouxe a educação profissional como uma modalidade educacional voltada para o “desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” e ainda indicava algumas possibilidades de organização da educação profissional, a saber: Integrada com as diferentes formas de educação; Articulada com o ensino regular ou por meio de diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho e Concomitante, de modo que o estudante possa estudar em qualquer outra instituição de ensino regular, cursando paralelamente as duas modalidades. (LEI nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Título VI, Cap. III, Art. 39, parágrafo único).

Percebe-se que a partir dessa lei é assegurada ao ensino médio a possibilidade de preparar os estudantes para o “exercício de profissões técnicas”, como também a garantia de uma formação geral.

Com o advento da nova LDB foram extintas as Unidades Educativas de Produção – UEP's e o Sistema Escola-fazenda que funcionava até então nas escolas Agrícolas e Agrotécnicas. O currículo passou a ser orientado por competência, através da filosofia aprender a aprender, prevista num dos quatro pilares considerados pela UNESCO como as bases da educação para o século XXI, conforme relatório de Jacques Delors. (SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. Aprendendo a ser e a conviver. 2ª Ed. São Paulo: FTD, 1999. P. 11).

No governo Federal de Fernando Henrique Cardoso foi emitido o decreto 2.208/97, que visava novamente separar a educação profissional da formação geral do/a estudante. Esse decreto provocou um desconforto no meio intelectual, pois não atendia às necessidades da educação profissional, na visão de educadores/as. O ensino técnico passou a ser ministrado em cursos desvinculados, concomitantemente ao médio ou posterior e cursos de concomitância externa.

Após muitas discussões com a sociedade no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi promulgado o decreto 5.154/2004 que garante às instituições a liberdade de escolher o modelo de educação com o qual querem trabalhar. Nesse decreto foram asseguradas cinco formas de articular a educação profissional técnica com o ensino médio regular: integrada, subsequente, concomitante na mesma instituição, concomitante em instituições distintas e concomitante em instituições distintas, com convênio de intercomplementariedade. Ainda no governo Lula, em 2007, foi lançada a chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007, com a finalidade de analisar e selecionar propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em 29 de dezembro de 2008, foi promulgada a lei ordinária nº 11.892, criando os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelecendo um novo modelo organizacional, atuando no Ensino, Pesquisa e Extensão, oferecendo Ensino Técnico, Tecnológico e Superior.

Na verdade, até chegar à criação dos Institutos aconteceram várias discussões no âmbito educacional e político, quando foi constatado que o desemprego no Brasil não era ocasionado por falta de ofertas de vagas, mas sim por falta de profissionais qualificados/as para executar pequenos serviços. A Universidade não estava dando conta de preparar profissionais para tais ocupações. Além disso, a partir da criação da LDBEM 9394/98, que caracteriza o Ensino Médio como um nível final de ensino da Educação Básica e direciona sua função para a formação integral e para o

exercício da cidadania, foi deixada de lado a qualificação para o trabalho. Portanto, foi a partir desse contexto que surgiram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No estado do Ceará, a educação profissional tecnológica tem sua origem também nas escolas de Aprendizes e Artífices, criadas pelo decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, promulgado pelo então presidente Nilo Peçanha inspirado nas escolas vocacionais francesas, destinadas a prover de formação profissional para pobres e desvalidos da sorte. Assim, aquilo que veio a constituir o Instituto Federal possui uma história secular no Ceará, uma vez que esta remonta ao início do século XX. Nessa época era elevado o número de estudantes que procurava essas escolas a fim de se qualificar nos cursos que nelas eram oferecidos. Os cursos eram ministrados através de oficinas: Cursos primários e de desenhos e oficinas de sapataria, Ferraria, Serralharia, Mecânica e alfaiataria. O currículo era baseado em: “elementos de gramática da Língua Portuguesa; princípios da Aritmética e Geografia; noções de História Pátria e Educação Moral e Cívica. O ensino de desenho compreendia a exercitação do industrial, do geométrico e do ornamental.” (GADELHA, 2010. P. 22).

No decorrer das décadas subsequentes à fundação do Instituto no Ceará ocorreram mudanças significativas na sua estruturação. Na década de 90 do século passado, mais especificamente em 1994, a Lei nº 8.948 de 08 de dezembro definiu que as Escolas Técnicas Federais fossem transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Já em 1995, tendo como objetivo principal promover a interiorização do ensino técnico no estado, a instituição estendeu suas atividades a duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED's), localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte.

A Lei 11.892/2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, suas UNED's e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu, criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). No mesmo ano, foi lançada a pedra fundamental do IFCE *campus* de Umirim.

2. Metodologia

Ao iniciar o desenvolvimento desse trabalho, o Projeto de Pesquisa foi submetido à aprovação do CEP, sendo aprovado através do parecer de Nº 491.006.

No caso do estudo empírico, a abordagem do problema no decorrer da pesquisa utilizou-se de aspectos qualitativos e quantitativos. As estratégias que foram utilizadas, aplicação de questionário e realização de entrevistas semiestruturadas, contemplam esses dois tipos de pesquisa, pois a mesma parte da possibilidade de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Assim:[...] as pesquisas qualitativas tem caráter exploratório: estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos, atingem motivações não explícitas, ou mesmo não consciente de forma espontânea. (SILVA, Kátia Viviane da. Diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa. Disponível em: <programapibicjr2010.blogspot.com.br/2011/04/diferenca-entre-pesquisa-qualitativa-e.html>. Acesso em: 08 out. 2014).

Dessa forma, precisa-se considerar que as abordagens qualitativas não levam em conta leis que permitam generalizações. De acordo com o artigo citado, os dados desse tipo de pesquisa contribuem para o entendimento de alguns fenômenos sociais, considerados relevantes para os aspectos subjetivos da ação social. Aqui:[...] os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos [...] obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. (GOLDENBERG, 2002, p.49). Para Ludke e André (1986), as abordagens qualitativas permitem o estudo de questões, casos ou eventos em maior profundidade, permitindo que o pesquisador conheça com maior riqueza, as experiências estudadas.(FELIPE, 2011).

Já a pesquisa quantitativa serve para apurar opiniões e comportamentos explícitos e conscientes dos/as entrevistados/as. São utilizados instrumentos como questionários com perguntas direcionadas que permitem testar de forma direta as opiniões do grupo participante, garantindo assim uma maior precisão nos resultados que serão apresentados para a população.

Nesse sentido, o estudo foi desenvolvido utilizando dois tipos de recursos/instrumentos: a aplicação de três questionários e entrevistas semiestruturadas de forma individual e coletiva. Esses instrumentais possibilitaram identificar a caracterização da escola pesquisada, o perfil e

características de discentes, como também seus sentimentos em relação ao trabalho desenvolvido pelos/as profissionais da instituição, sua percepção em relação ao ambiente e clima escolar, e como interferem diretamente no ato de estudar e aprender.

3. Resultados e discussão

Com a intenção de abordar o Sistema de internato no Brasil e sua importância para o funcionamento das escolas agrícolas discute-se o texto de Alessandra Xavier de Moraes que realizou uma pesquisa voltada exclusivamente para essa temática. Para melhor compreender a importância dos Internatos nos Institutos Federais é necessário retornar um pouco da história do sistema de Internato que surgiu na Europa. (MORAIS. Alessandra Xavier de. Identidade psicossocial dos adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Campus Vitória de Santo Antão) em regime de internato. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2011. p. 10).

O nascimento da internação no século XVII se deveu à crise econômica que atingiu toda a Europa provocando a diminuição de salários, o desemprego, à escassez de moeda, desencadeando um redimensionamento de uma ética em relação ao trabalho e à demanda por instituições policiais que impedissem os ociosos “vagabundos” de circular pela cidade, garantindo proteção social contra a agitação e as revoltas. Assim, o internamento dos pobres, dos vagabundos, dos presidiários e dos loucos, em toda a Europa do século XVII, passa a ser assunto de “polícia”, como “um conjunto de medidas que tornam o trabalho ao mesmo tempo possível e necessário para todos aqueles que não poderiam viver sem ele”(FOUCAULT apudMORAIS, 2011, p. 63).

É possível perceber que a origem dessa ferramenta pedagógica se deu como uma forma de exclusão social e com uma conotação bastante acirrada de discriminação das pessoas pertencentes a classes sociais menos favorecidas. Assim segundo a autora, citando Foucault:[...] a significação ética do trabalho no contexto das casas de internamento possui muito mais uma força de condicionamento moral do que o poder de fazer desaparecer a miséria, ou seja, sua eficácia é reconhecida porque se baseia em sua transcendência ética, tornando-se uma exigência indissolúvel entre a economia e a moral. “A internação é uma criação institucional própria do século XVII. [...] Como medida econômica e precaução social, ela tem valor de invenção”. (FOUCAULT, 2003, p.78 apud MORAIS, 2011. P. 64).

No Brasil, segundo Alessandra Xavier:[...] o movimento dos internatos no Brasil só se deu no final do século XVII com a fundação do Seminário de Belém da Cachoeira, no ano de 1686, pelo então padre Alexandre de Gusmão, sendo administrado por este até o ano de 1700, com a função eclesiástica. Já os internatos escolares foram regimes instalados no Brasil através dos padres jesuítas, com influência dos internatos clássicos do século XIX, que eram os liceus e colégios internos europeus na França. No período colonial (1500-1808), tinha-se retratada uma definição de seminário como um lugar de destinação para os indivíduos de formação eclesiástica e o colégio para aqueles sujeitos leigos em busca de escolaridade (LEITE, 1993 apudMORAIS, 2011). Porém, somente a partir do Concílio de Trento (1545-1563), que foi o 19º concílio ecumênico, convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, concebeu-se um sentido para os termos seminário e colégio como próximos, visto que os sujeitos leigos receberem educação análoga aos indivíduos de formação eclesiástica. (SANTOS, 2000 apudMORAIS, 2011).

Dessa forma, percebe-se uma participação ativa da Igreja nesse processo, como uma maneira de contribuir com as necessidades emergenciais do sistema vigente, assegurando assim suas formas de poder, pois segundo a autora:[...] o internato abarcava também os termos seminário e recolhimento, porém diferenciavam-se quanto ao público. O primeiro se referia a instituições educativas que recebiam os filhos dos senhores de engenho e funcionários do governo, que ficavam confinados nesses estabelecimentos como uma forma de facilitar a adaptabilidade desses jovens ao espaço, pois era uma época marcada pela dificuldade de transporte. Já o recolhimento era um termo que estava associado ao acolhimento de mamelucos, órfãos e filhos dos principais caciques da terra. Santos (2000) aponta que, responsáveis por este sistema, os jesuítas tornam a Igreja a principal representante da sociedade civil e política da época. (MORAIS, 2011).Essa história mudou um pouco, embora a “gerência do internato jesuíta prevaleceu no período colonial”. Mas, em 1686, foi aberto “um seminário com internato em Belém da Cachoeira, no Recôncavo Baiano”, onde a proposta pedagógica muda e se diferencia um pouco do que tinha sido vivido até o momento, pois segundo a autora:[...] os alunos seriam instruídos no curso de Humanidades, educando-se para a piedade cristã. Foi o primeiro colégio interno no Brasil (MOURA, 2000, p. 45). Segundo Nunes (2008, p.7-8), “aí apenas se ensinava a ler, escrever, contar, Gramática e Humanidades”(MORAIS, 2011).

O Sistema de Internato surgiu nas escolas agrícolas em 1934, sendo o regime dominante na época nos estabelecimentos federais de ensino profissional agrícola. Através do Ministério da Agricultura, a proposta dessas instituições de ensino era a de adotar uma política de assistência

integral aos/as estudantes, de modo que lhes proporcionassem residência, alimentação, enxoval (utensílios de ordem pessoal), assistência médica, odontológica, entre outros bens e serviços. Esse tipo de atendimento favorecia uma clientela pobre que residia na zona rural e que necessitava desse tipo de assistência para se manter na escola. Em 20 de agosto de 1946, foi criada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, e a condição de internato era prevista no artigo 60, em seu inciso II, pois considerava que:[...] os cursos agrícolas poderiam ser em regime de internato para alunos que, por serem de regiões distantes da escola, viessem a necessitar desse regime, ou de semi-internato ou externato para os alunos que residissem nas proximidades dos estabelecimentos de ensino.(DECRETO-Lei N. 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

De acordo com a compreensão da autora em questão, essas instituições foram criadas:[...] no início do século XX e denominados inicialmente de Patronato Agrícola, essas instituições tinham sua existência diretamente relacionada a um período histórico em que a preparação para o trabalho era condição *sinequa non* à moralização da sociedade. Instaladas nas mais diversas cidades brasileiras, os patronatos existiam para dois fins: o educacional, voltado para o ensino profissional e educando para o trabalho; e o correccional, regenerando os jovens através da vida de reclusão e disciplina no campo. Este último, por sua vez, foi gerado diante de um cenário urbano desolador, pois o Brasil vivia um grande problema: adequar órfãos e desvalidos da sorte, ou simplesmente aqueles que estavam a perambular pelas ruas na condição de pobres. Os patronatos agrícolas orbitavam em torno da assistência, regeneração, educação e ensino profissional. Posteriormente, esses patronatos sofreram diversas mudanças em sua denominação, passando a serem conhecidos como Aprendizados, outros como Escola de Iniciação Agrícola, alguns outros de Escola Agrotécnica e, atualmente, a grande maioria dessas escolas tornou-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (MORAIS, 2011).

Atualmente nos Institutos Federais os/as discentes estão divididos/as em três tipos de regimes de matrículas: estudantes internos/as, estudantes semi-internos/as e estudantes externos/as. O fato é que o sistema de internato atualmente adotado pelas antigas Escolas Agrotécnicas, em sua maioria Institutos Federais (IF), se constitui em uma garantia de permanência de muitos/as jovens oriundos/as do campo na escola. Assim é adotada a seguinte denominação:

✓ Os/as estudantes internos/as são aqueles/as que moram na Instituição, durante a semana letiva, voltando para casa apenas nos finais de semana, feriados ou férias;

- ✓ Os/as internos/as que não podem voltar para casa nos finais de semana, devem cumprir a escala de trabalho proposta pelo setor de acompanhamento ao/à residente;
- ✓ Os/as estudantes semi-internos/as são aqueles/as que permanecem na instituição nos dois turnos e que retornam à sua residência ao final do dia;
- ✓ Os/as externos/as são aqueles/as que estudam nos dois turnos, mas, retornam ao meio-dia e ao final do dia, para as suas residências, sem direito à refeição. (INSTITUTO Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará. Disponível em: <www.ifce.edu.br>. Acesso em: 15 jul. 2014).

O estado do Ceará conta com 03 instituições com sistema de Internato, a saber: *campus* Iguatu, Crato e Umirim, sendo que as residências são destinadas a estudantes de nível socioeconômico médio e baixo, oriundos/as de diferentes municípios do Estado. O/a estudante que faz uso do internato ou do semi-internato tem o seu cotidiano regido por normas específicas de todos os *campi*. Essas regras que se aplicam ao/à estudante, inclusive fora dos horários de aulas, estão previstas no Regulamento da Organização Didática do Instituto Federal do Ceará IFCE. (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará. Disponível em: <www.ifce.edu.br>. Acesso em: 15 jul. 2014).

Atualmente a escola atende através da oferta de ensino técnico, estudantes das cidades de todos os municípios do Território do Vale do Curu e Aracatiaçu (Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama) e redondezas. Por morarem nessas localidades e serem filhos/as de agricultores/as de baixa renda os/as estudantes necessitam de atendimento especializado através de estruturas de alojamentos que lhes permitem permanecer na escola durante todo o período letivo. Dessa forma o *campus* de Umirim atende anualmente a uma demanda em média de 30% de sua matrícula no sistema de internato do Ensino Médio Integral. O Sistema de Internato funciona como uma residência, onde o/a estudante convive com outros/as colegas/as, em média 10 estudantes por alojamento, e aprende a dividir espaços com pessoas de outras localidades e culturas. A escola utiliza um critério básico para dividir os grupos: estudantes oriundos/as da mesma comunidade e/ou região a fim de facilitar as relações interpessoais no âmbito do alojamento, pois eles/elas dividem as tarefas de limpeza, organização e manutenção do espaço. Além desses espaços os/as estudantes também contam com

quatro refeições diárias servidas pela escola: café da manhã, almoço, jantar e ceia com um cardápio rico em carboidrato e proteína acompanhado pela Nutricionista. A equipe Pedagógica que faz parte da Assistência Estudantil e acompanha esses/as estudantes é constituída pelos/as seguintes profissionais: 01 Pedagogo, 01 Assistentes Social, 01 Assistente de Alunos, 01 Psicólogo, 01 enfermeiro, 01 Nutricionista e o coordenador do Departamento de Assistência Estudantil. Sendo que em Umirim essa equipe ainda está incompleta, pois esses/as profissionais estão em Processo de Seleção, aguardando convocação de Concurso Público, o que ainda dificulta o desenvolvimento de um trabalho de maior qualidade com esses/as estudantes. (INSTITUTO Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará. Disponível em: <www.ifce.edu.br>. Acesso em: 15 jul. 2014).

4. Conclusão

A partir do exposto, pode-se perceber que a Educação Profissional ofertada de forma integral, funcionando em pelo menos dois turnos com tempo integral, gera nos/as estudantes maiores possibilidades de desempenho escolar, da mesma forma que está sendo garantindo o direito aos/as filhos/as dos/as trabalhadores/as maior acesso e inclusão no processo de profissionalização das camadas mais pobres da sociedade. A pesquisa realizada numa instituição de ensino com tempo integral e sistema de internato permitirá comprovar essa suspeita. Com o objetivo de identificar as principais características da escola no aspecto físico e pedagógico, relacionando de que forma ela contribui e/ou não para o desenvolvimento humano e cognitivo de discentes, foi constatado que a escola fica localizada na zona rural do município, mais precisamente na Fazenda Floresta e é constituída pela seguinte estrutura: 8 salas de aula, 1 alojamento (cada um comporta um conjunto de 10 camas e armários que servem de apoio para os/as estudantes), 1 refeitório, 7 banheiros, biblioteca (em construção), 2 laboratórios, 4 salas de coordenação e 4 ambientes pedagógicos: bovinocultura, aviário, aprisco e pocilga.

No que diz respeito à tendência pedagógica, prevalecem os aspectos tecnicistas. Isso tem estrita relação com o fato de que os cursos são profissionalizantes e seguem uma proposta de aprendizagem voltada para a aquisição do conhecimento profissional e a inserção dos/as estudantes no mercado de trabalho. Segundo Saviani, essa tendência caracteriza-se por: A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e

produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico. Buscou-se, então, com base em justificativas teóricas derivadas da corrente filosófico-psicológica do behaviorismo, planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor e se na pedagogia nova a iniciativa deslocou-se para o aluno, na pedagogia tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária. A organização do processo converteu-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção. (VERBETE Elaborado por: SAVIANI, Dermeval. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAb9cAC/as-concepcoes-pedagogicas-na-historia-educacao-b>>. Acesso em: 15 out. 2014).

A escola oferta os seguintes níveis e modalidades de ensino: Ensino Médio Integral, Ensino Técnico Subsequente e Educação de Jovens e Adultos que pertencem à rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional a instituição tem:[...] como missão: produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética. A partir disso, a visão da escola é tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia, assegurando o desenvolvimento dos seguintes valores: o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental. (PDI campus Umirim 2014/2018, dez, 2013).

A realidade situacional da instituição é caracterizada por uma matrícula significativa ao longo dos anos, embora os índices de evasão escolar e retenção sejam motivo de preocupação, pois os mesmos se apresentam altos para o universo de estudantes que ingressam nos cursos.

O fato da prática pedagógica dos/as professor/as ser voltada para a tendência Tecnicista não impede que os/as estudantes tenham acesso a conhecimentos e desenvolvimento de habilidades voltadas para a formação integral e aquisição de cidadania, principalmente através dos conteúdos ministrados pelos/as professores/as do Ensino Médio regular, pois o curso é integrado.

Para a realização desse estudo foram pesquisados/as 17 estudantes da 3ª série do Curso Técnico Integrado em Agropecuária. No que diz respeito ao perfil desses/as estudantes, conforme pesquisa realizada, foi possível perceber que:

- A idade dos/as mesmos/as varia entre 16 e 20 anos e a maioria é do sexo masculino, prevalecendo entre os mesmos a cor parda;
- A maioria é residente na zona rural, morando com o pai e a mãe e alguns/as irmãos/as, não ultrapassando mais que cinco pessoas em cada residência, que na sua maioria são casas próprias;
- A renda familiar prevalece oriunda de trabalho remunerado e, na maioria dos casos, ultrapassa o valor de um salário mínimo;

Observa-se a partir do resultado da pesquisa que os/as discentes apresentam um perfil real de filhos/as de trabalhador/as e que buscam o IFCE/Umirim, na sua maioria com a intenção de se qualificar para o mercado de trabalho, obtendo a titulação de uma profissão. Os/as estudantes demonstraram uma grande credibilidade no trabalho realizado pela instituição e acreditam que o ensino oferecido é de grande qualidade, tendo em vista as informações recebidas pela comunidade antes de ingressar nos cursos. Isso faz com que pais e mães depositem bastante confiança no trabalho desenvolvido pela instituição e convençam seus/suas filhos/as de que esse é o melhor lugar para estudar. Isso fica comprovado quando a discente Hagda relata os motivos que lhe fez estudar no IFCE/Umirim: “Primeiramente por causa dos comentários que as pessoas que conheciam a escola, depois os meus pais, e logo após o que me chamou atenção foi o mercado de trabalho.”

Com relação à satisfação do/a discente no ambiente escolar se percebeu que a grande maioria gosta do trabalho realizado pelos/as docentes e a competência com a qual os/as mesmos/as desempenham suas funções, e que a estrutura física ainda precária do campus não interfere diretamente na motivação dos/as estudantes e que os/as mesmos/as têm relações interpessoais muito agradáveis, que lhes ajudam a superar as dificuldades de estar longe da família, pois conforme declara o estudante Dudu: “O que me agrada no ambiente escolar é a interação com colegas de classe e também com funcionários e professores”. Poucos/as discentes demonstram

dificuldade de integração com os/as colegas e equipe da escola, embora se perceba que alguns/as demonstram timidez e problemas pessoais como alguns complexos de inferioridade e até mesmo medo de ser aceito/a pelo grupo com seu jeito de ser.

Os/as discentes demonstraram que se sentem bem acolhidos/as no contexto educacional, conforme declara o/a discente Fernando, citado acima, e que são capazes de refletir sobre os preconceitos existentes na sociedade como um todo, conforme afirma a discente Amanda, quando se refere à sua percepção enquanto homem/mulher no contexto educacional – família-escola-sociedade: “me sinto bem acolhida, respeitada e confortável. Quanto à sociedade já me sinto um pouco retraída, talvez por ser ‘diferente’, ou seja, gostar de pessoas do mesmo sexo. Nunca fui barrada nem humilhada em nenhum lugar, muito pelo contrário, me sinto bem como eu sou e não nego para ninguém o que talvez isso me deixa mais confortável, porém de forma indireta me sinto desrespeitada, vejo pessoas que fizeram a mesma escolha que eu passarem por situações desagradáveis ridículas e desumanas pelo simples fato de amar algo que julga ser errado ou feio que se acham no direito de criticar e julgar. Existe muito preconceito no mundo isso de forma indireta me afeta.”

Com relação ao aspecto cognitivo e aquisição de conhecimentos os/as discentes consideram que a escola tem conseguido dar conta do que se propõe, de acordo com sua missão, conforme destaca o estudante Gregório: “Ajuda porque foi um dos motivos estar neste instituto, foi pensar que este colégio iria mudar minha vida porque o que vemos na sala de aula é o que vamos enfrentar no mercado de trabalho” e ainda acrescenta a estudante Bárbara: “A escola sempre foi o que eu esperava, me ajudou quando precisei, sempre me incentivando a prosseguir que terei um futuro melhor, próspero, tudo o que eu sou hoje tive como base não só minha família, mas essa escola.”

A estudante Cláudia, quando a pergunta se refere aos/às docentes, responde: “são os “meus pais” aqui na escola, pois eles me dão conselhos, me ajudam, e só querem o que é melhor para mim”. Assim, conclui-se que a figura do/a docente serve de referência muito forte na vida desses meninos/as, pois os/as professores/as ocupam lugares de destaque na formação humana dessa clientela, comprovada pelas declarações da maioria representadas na fala de Marina: “são

companheiros, que estão dispostos a nos ajudar sempre que necessitarmos, e fazem parte da nossa formação como cidadão.”

Também foi possível perceber que os/as discentes conseguem dar conta do que está previsto no PDI quando se trata da competência específica para a Profissão de Técnico em Agropecuária, que é: [...] exercer atividades referentes à sua profissão com forte embasamento teórico-científico, humanístico, crítico e reflexivo pautado em princípios éticos, a partir da compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, numa relação de reciprocidade, utilizando diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimento. Isso é comprovado quando a discente Amanda declara que o motivo que lhe faz estudar na instituição é: Por ser uma escola profissionalizante, e eu acredito que neste ramo eu consigo me identificar muito, por que não basta ser um profissional, precisa gostar daquilo que para que você possa desempenhar sua função com bastante sucesso e bem-estar, tanto individual quanto social.

Referências bibliográficas

DECRETO-Lei N. 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

DECRETO, nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Disponível em:
<portal.mec.gov/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

FELIPE, Márcia Leyla de Freitas Macêdo. Análise comparativa do desempenho entre os discentes do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará – campus Iguatu. 2011. 63 f. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

GADELHA, Severina. Antes que ninguém conte... eu conto. Fortaleza: CEFETCE, 2004.

GADELHA, Severina. Educação Profissional com compromisso social: cem anos de uma caminhada singular. Fortaleza: IFCE, 2010.

INSTITUTO Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará. Disponível em:
<www.ifce.edu.br>. Acesso em: 15 jul. 2014.

LEI De Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394, de 1996.

MORAIS, Alessandra Xavier de. Identidade psicossocial dos adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Campus Vitória de Santo Antão) em regime de internato. Dissertação (Mestrado), 85 f. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2011.

PLANO de Desenvolvimento Institucional – PDI campus Umirim, 2014/2018, dez. 2013.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. Aprendendo a ser e a conviver. 2ª ed. São Paulo: FTD, 1999.

SILVA, Kátia Viviane da. Diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa. Disponível em: <<http://programapibicjr2010.blogspot.com.br/2011/04/diferença-entre-pesquisa-qualitativa-e.html>>. Acesso em: 08 out. 2014

VERBETE Elaborado por: SAVIANI, Dermeval. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAb9cAC/as-concepcoes-pedagogicas-na-historia-educacao-b>>. Acesso em: 15 out. 2014.